

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-04-08

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Oliveira, L. T. de (2014). O 25 de Abril, a marinha e uma rede clandestina. In Paula Godinho, Inês Fonseca, João Baía (Ed.), *Resistência e/y Memória - Perspectivas Ibero-Americanas*. (pp. 105-121). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Further information on publisher's website:

<http://hdl.handle.net/10362/16123>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Oliveira, L. T. de (2014). O 25 de Abril, a marinha e uma rede clandestina. In Paula Godinho, Inês Fonseca, João Baía (Ed.), *Resistência e/y Memória - Perspectivas Ibero-Americanas*. (pp. 105-121). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

O 25 DE ABRIL, A MARINHA E UMA REDE CLANDESTINA.

Luísa Tiago de Oliveira.

CIES – ISCTE /IUL

1. Introdução

Deve-se aos militares, anteriormente envolvidos numa prolongada guerra colonial, o acto inicial de libertação que foi o dia 25 de Abril de 1974. Na conjuntura revolucionária subsequente, desempenharam também indiscutível papel em órgãos de poder (como a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado, o “Conselho dos Vinte” e o Conselho da Revolução), na resposta a solicitações e problemas da sociedade civil dada a paralisia das forças policiais e militarizadas, nas Campanhas de Dinamização Cultural, e na Descolonização, para citar alguns exemplos relevantes¹⁰².

Como é sabido, o golpe do Movimento das Forças Armadas (MFA), também conhecido na sua fase inicial pelo nome de “Movimento dos Capitães”, assentou nos oficiais de baixa patente do Exército¹⁰³. Mas agora interessa sobretudo ressaltar que a conspiração e o grosso da acção do dia 25 de Abril foram obra sobretudo de um dos ramos militares, o Exército, enquanto os outros, a Força Aérea e a Marinha, tiveram escassa participação operacional¹⁰⁴.

No caso da Marinha, contrasta a modéstia do seu lugar na conspiração e no próprio golpe com o seu forte papel no período revolucionário posterior (1974-76). Concretamente, oficiais de Marinha desempenham cargos cruciais: na referida Junta de Salvação Nacional, Conselho de Estado, “Conselho dos Vinte” e Conselho da Revolução; nos Governos Provisórios, incluindo um Primeiro-Ministro; como Altos-comissários (em Angola, Moçambique e Cabo Verde); no Serviço Director e Coordenador da Informação, dependente do Conselho da Revolução; na 5ª Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas e nas já mencionadas Campanhas de Dinamização Cultural; e como delegados do MFA em numerosas empresas e Ministérios.

¹⁰²A título de exemplo, ver respectivamente: TÍSCAR SANTIAGO, Maria José, 2012, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado. A questão das Actas*, Lisboa, Edições Colibri; REZOLA, Maria Inácia, 2006, *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*, Lisboa, Campo da Comunicação; PALÁCIOS CEREZALES, Diego, 2003, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Imprensa de Ciências Sociais; DURAN MUÑOZ, Rafael, 1997, *Acciones Colectivas y Transiciones a la Democracia. España y Portugal, 1974-1977*, Madrid, Centro de Estudios Avanzados en Ciencias Sociales; ALMEIDA, Sónia Vespeira de, 2009, *Camponeses, Cultura e Revolução. As Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do M. F. A. (1974-1975)*, Lisboa, Colibri; FARIA, Ana Mouta & MARTINS, Jorge, 2014, *Vozes de Abril na Descolonização*, Lisboa, CEHC-IUL; DUARTE, Rui de Brito Camacho, 2010, *Os Militares Portugueses na Guiné-Bissau, da Contestação à Descolonização*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE-IUL; MACQUEEN, Norrie, 1998, *A Descolonização na África Portuguesa*, Mem Martins, Editorial Inquérito; PEZARAT CORREIA, Pedro, 1991, *Descolonização de Angola. A Jóia da Coroa do Império Português*, Mem Martins, Editorial Inquérito.

¹⁰³Como mostram Aniceto Afonso e Manuel Braz da Costa, dos participantes no golpe recenseados pelos autores, 52% tinham o posto de capitão e 29% eram maiores - AFONSO, Aniceto, 2014, “Caracterização sociológica do Movimento dos Capitães (Exército)”, in Luísa Tiago de Oliveira (Org.), *Militares e Política: o 25 de Abril*, [Setúbal], Estuário, p. 21-39; AFONSO, Aniceto & COSTA, Manuel Braz da, 1985, “Subsídios para a caracterização sociológica do Movimento dos Capitães - Exército”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17, p. 97-122.

¹⁰⁴Ver artigos de Aniceto AFONSO, Pedro LAURET e Luís Alves de FRAGA in Oliveira (Org.) 2014.

Este contraste evidente entre o lugar dos oficiais da Armada antes e depois do 25 de Abril parece ser paradoxal.

O artigo “O 25 de Abril, a Marinha e uma rede clandestina” resulta de uma investigação mais vasta sobre a estruturação, percurso e papel de uma organização política de militares (oficiais de Marinha), num contexto de transição para a democracia por via revolucionária. Esta organização política desaguou naquilo que, no Portugal de 1974-76, se chamou “MFA da Marinha”. Porém, os oficiais daquela organização representam apenas uma parte, ainda que com importância preponderante, do “MFA da Marinha”. Tal facto decorre não só do MFA ter vindo a incluir os outros corpos profissionais (sargentos, praças) mas também de mais sensibilidades políticas integrarem o MFA - num período caracterizado aliás por uma certa indiferenciação entre MFA e Forças Armadas, como é próprio numa época de transição e como até é conveniente para um certo apaziguamento e o melhor fluir dos acontecimentos¹⁰⁵.

A acção de uma Organização Clandestina de Oficiais da Armada foi recentemente analisada por Pedro Lauret, na senda de texto de Martins Guerreiro, autores que foram também personalidades do MFA da Marinha¹⁰⁶. E o paradoxo do excesso de fardas azuis no processo revolucionário comparado com a sua modéstia na preparação do golpe e no próprio dia 25, há pouco referido, foi notado não só pelos coevos como pelo historiador Sánchez Cervelló, que propôs como explicação a existência desta Organização Clandestina de Oficiais da Armada, ligada ao PCP, com uma estratégia clara e discreta, que não quis arriscar a sua organização face a um Movimento dos Capitães de que desconfiava inicialmente, enquanto depois do 25 de Abril procurou intervir no processo¹⁰⁷. Acrescente-se que, para além do facto de os comunistas se preocuparem fortemente com a correlação de forças, nas entrelinhas de Sánchez Cervelló pode ler-se que aquelas duas posições (“neutralidade activa” primeiro, e forte intervenção depois) são compatíveis e se podem compreender atendendo ao objectivo maior de salvaguarda desta Organização; na conclusão do seu artigo, afirma mesmo que esta Organização controlou a Armada e conseguiu que esta tivesse uma posição institucional afim à do PCP.

Neste artigo, tentar-se-á situar o que foi esta Organização Clandestina de Oficiais da Armada, que papel teve na conspiração, no dia 25 e dias imediatos, deixando o período 74-76 para outras comunicações e textos.

2. Percursos marinhos

A estruturação de uma Organização Clandestina de Oficiais da Armada

Com uma aura liberal e republicana que vem do 5 de Outubro, gente da Marinha, de facto, interveio politicamente na Primeira República, agindo em acções pontuais e participando em revoltas e golpes, que

¹⁰⁵Veja-se o envolvimento de outras classes da Marinha no MFA por exemplo em: PINHEIRO, Vaza, 1999, *579 Dias de Revolução: Retrato de uma Época*, Porto, Campo das Letras; BOTO, José (Coord.), 2014, *A Revolução de Abril. Praças da Armada*, Lisboa, Edições Colibri. A indiferenciação entre MFA e Forças Armadas é analisada em AFONSO, 2014 in Oliveira (Org.) 2014.

¹⁰⁶LAURET, Pedro, 2014-a, “A Marinha e o dia 25 de Abril de 1974” in Oliveira (Org.), 2014, p. 40-53; artigos de Pedro LAURET na obra *Os Anos de Abril*, 8 volumes, Aveleda, Verso da História; e GUERREIRO, Martins, 1994, “O 25 de Abril e o Movimento da Marinha”, in *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. CXXIV, Janeiro-Março, p. 9-17.

¹⁰⁷SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, 1999, “La Marina Portuguesa en el epicentro de la conspiración contra la dictadura (1967-1974)”, in *Los Fines de Siglo en España e Portugal*, Jaén, Universidad de Jaén.

levaram a mudanças no poder político. Esta prática foi depois mitigada pela Noite Sangrenta (1921) e, já num novo quadro político ditatorial, seriamente interrompida pela repressão da revolta dos marinheiros de 1936¹⁰⁸.

Apesar de posteriormente as suas intervenções na vida política durante o Estado Novo terem sido mínimas, esta imagem da Marinha à esquerda manteve-se. Na realidade, a tradição anterior, as viagens e o relacionamento internacional, bem como a modernização técnica com todas as suas implicações no pós-Segunda Guerra Mundial, criaram um clima favorável à estruturação e consolidação de atitudes e comportamentos abertos ou mesmo críticos face ao regime do Estado Novo.

Os oficiais de Marinha lembram frequentemente a liberdade vivida nas câmaras dos oficiais: assim, por exemplo, na fragata *Diogo Gomes*, a *Guernica* de Picasso, emoldurada, decorava uma das paredes da respectiva câmara. No mesmo sentido, as bibliotecas de bordo incluíam literatura crítica, com destaque para os neo-realistas portugueses, a literatura realista americana e autores russos, obras também presentes em muitas bibliotecas oposicionistas¹⁰⁹.

É neste quadro, com uma socialização de maior ou menor afastamento face ao regime, que se vão estruturar redes de oposição explícita que vêm mesmo a resultar numa Organização Clandestina de Oficiais da Armada.

Assim, a partir de 1967, alguns oficiais de Marinha procuram um espaço até certo ponto “abrigado”, por estar longe da corporação, para se reunir. Foi assim que, no Ateneu Comercial de Lisboa, discutiram vários problemas sociais, por vezes com convidados civis especializados nas matérias em debate.

Mas as movimentações também chegaram ao Clube Militar Naval, associação de inscrição voluntária de oficiais de Marinha, com um estatuto independente das estruturas militares, criada em 1866.

Caso invulgar na sua longa história, em 1968, surgem duas listas candidatas aos corpos dirigentes do Clube Militar Naval, sendo derrotada a lista patrocinada por Henrique Tenreiro, almirante que comandava a Brigada Naval da Legião Portuguesa, membro dos dois órgãos do poder legislativo no Estado Novo (deputado à Assembleia Nacional e procurador da Câmara Corporativa), e muito envolvido em actividades comerciais. Nos anos seguintes, gente aberta dirigia o Clube, não obstante os órgãos dirigentes nem sempre terem sancionado algumas reivindicações mais radicais. Em 1970, formou-se uma Comissão Cultural responsável por um sem-fim de debates sobre os mais variados temas profissionais, económicos, sociais, culturais e de actualidade. Nesse ano, oficiais criaram um colorido “jornal de parede” com os mais diversos recortes de periódicos, anúncios de livros, filmes, exposições, peças de teatro, e cheio de comentários manuscritos, tendo este jornal mural em vetusta casa causado melindres, sendo interrompido no seu nº 2. Mas os debates continuaram com muita participação e vivacidade. Entre 1970 e 1974, gente como Urbano Tavares Rodrigues, João Bénard da Costa, António Pedro de Vasconcelos, Maria Lamas, Isabel da Nóbrega, Sérgio Ribeiro e Armando Castro proferiram palestras e animaram

¹⁰⁸FREIRE, João, 2010, *A Marinha e o Poder Político em Portugal no Século XX*, Lisboa, Colibri; FREIRE, João, 2003, *Homens em Fundo Azul Marinho*, Oeiras, Celta Editora.

¹⁰⁹Ver uma lista de livros orientadora da formação de bibliotecas em: LAURET, Pedro, 2014-a, “A Marinha e o dia 25 de Abril de 1974” in Oliveira (Org), 2014, p. 49.

debates assim como Alfredo de Sousa aí leccionou um curso de Economia. De algum modo, esta apostar no Clube Militar Naval poderá ter representado uma certa procura de protecção numa instituição respeitável, agora que o grupo era maior, para além de permitir alargar a área de influência da Organização Clandestina de Oficiais da Armada.

Outro campo de actuação se desenhou. Em 1971, oficiais começam a ministrar cursos liceais a praças nas próprias instalações do Ministério da Marinha, assim como na Margem Sul, na sequência do que já tinha sido feito pontualmente em navios em longas comissões. Esta iniciativa partilha duma visão da cultura (e da instrução) como rimando com politização, abrindo espaços de diálogo com outras classes e a possibilidade de debates. Nesses anos, aliás, a cultura e política articulavam-se (e nos dois sentidos) no activismo estudantil, sindical e nos círculos de sociabilidade oposicionista.

Também a partir de 1971, a Organização Clandestina de Oficiais da Armada promoveu a organização dos oficiais no chamado “Movimento dos Cursos”, um movimento associativo “para-sindical”. Apoiando-se nas actividades habituais de confraternização entre camaradas, cada curso da Escola Naval constituiu uma Comissão de Curso que se articulava com as outras comissões dos outros cursos. Deste modo, chegaram a existir 10 Comissões de Cursos, as quais editavam boletins, reuniam e organizavam actividades, abrangendo os oficiais formados na Escola Naval de 1958 a 1972. Formaram-se comissões inter-cursos e comissões específicas a fim de tratar de assuntos profissionais e sociais. Em 1972, o Ministro da Marinha acabou por proibir este Movimento dos Cursos, embora não tenha exercido represálias sobre os seus dirigentes. No livro que escreveu após o 25 de Abril, também Marcello Caetano se queixou do Movimento dos Cursos, sintoma da contaminação pela “democracia e socialismo” e pela “aversão à guerra” de uma “pequena corporação com um corpo de oficiais que [até 1961] se distinguiu pela cultura, pelo aprumo e pela disciplina e onde todos se conheciam”¹¹⁰.

A própria Escola Naval viu surgir no seu seio actividades abertamente contestatárias. Em dias festivos, que permitiam alguma transgressão, como as comemorações da véspera do juramento de bandeira, os cadetes em despedida da Escola envolveram-se em brincadeiras mais ousadas contra figuras do regime e da corporação (1971). Mas os comportamentos críticos já tinham acontecido noutros momentos do calendário, agora nacional, como campanhas eleitorais. Foi o caso das eleições de 1969 para a Assembleia Nacional, em que os cadetes afixaram na Sala dos Alunos propaganda da CDE; tendo esta sido retirada por ordem superior, assinaram uma carta à direcção, manifestando que não estavam interessados em ter como leitura, na mesma sala de Alunos, o jornal *Diário da Manhã*, que entendiam como propaganda do regime, pelo que solicitavam o cancelamento da sua assinatura. Nas mesmas eleições, os cadetes da Escola Naval organizaram-se, recolheram fundos e entregaram-nos à CDE (Comissão Democrática Eleitoral), intitulando-se o “sector X”, e à CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática). Os cadetes efectuaram mesmo reuniões entre si para discutir a guerra colonial.

¹¹⁰CAETANO, Marcello, [1975], *Depoimento*, Rio de Janeiro/S. Paulo, Record, p. 177-178.

A participação em manobras internacionais, a necessidade de ir buscar e reparar navios, bem como de formar quadros, levou a visitas e estadias prolongadas fora de Portugal, podendo os marinheiros observar o quotidiano de países democráticos, com liberdade de imprensa, de reunião e de associação. Por vezes, sentiam uma hostilidade muda da parte dos estrangeiros, homens e mulheres. Em algumas ocasiões, depararam mesmo com manifestações contra o regime e o colonialismo português, o que não os podia deixar indiferentes. Experiência marcante, homens da Armada estavam em França em Maio de 1968 e, deste modo, trouxeram nova bagagem cultural e mesmo material. Livros cruzavam as fronteiras, os *Cadernos de Circunstância* chegaram a ser transportados por um submarino português de França para Portugal.

Nestes anos, esta oposição crescente ao regime fez-se sentir em acções contra casos precisos de perseguição. Como, por exemplo, na solidariedade com Ferraz Nunes devido à sua ida a Conselho Superior de Disciplina da Armada em 1972 por, dois anos antes, ter publicado um artigo em que questionava a guerra no jornal *Tridente*, dos alunos da Escola Naval. Ou, no mesmo ano, num abaixo-assinado, com assinaturas vindas inclusivamente das colónias, contra a entrada da PIDE na casa do oficial Miguel Judas, que foi revistada, supostamente à procura de um irmão, envolvido em actividades contra o regime¹¹¹. Ou ainda, em 1973, num abaixo-assinado com 312 assinaturas contra maus-tratos da polícia a “militares da Armada”¹¹².

Neste quadro, não é de espantar que mais de uma dezena de oficiais e cadetes tenham assistido, clandestina ou pelo menos discretamente, ao Congresso da Oposição Democrática de Aveiro, em Abril de 1973. E que dizer da distribuição de trinta e cinco *Avantes*, entre os oficiais de Marinha, lidos por mais do dobro das pessoas, sendo que a organização comunista dos oficiais deste Ramo não chegaria a uma dezena de militantes¹¹³?

Mesmo deixando de lado, por momentos, a organização comunista dos oficiais de Marinha, todos os exemplos dados evidenciam vários níveis de actuação, como o legal (nas aulas a praças e no Clube Militar Naval) e o semi-legal (Movimento dos Cursos), deixando ainda supor um núcleo clandestino.

De facto, em 1970, um pouco mais de 30 oficiais da Armada, liderados por Martins Guerreiro, Almada Contreiras e Miguel Judas, fundam uma Organização, a que nunca deram nome, talvez por precaução, para que não pudesse ser nomeada e, como tal, mais facilmente navegasse num mar adverso. Alguns pensaram em chamar-lhe ORA (Organização Revolucionária da Armada) mas, evocando este nome a congénere dos anos 30, acabaram por deixá-la sem nome, referindo-se-lhe apenas como “a Organização”. Chamemos-lhe nós Organização Clandestina de Oficiais da Armada.

Actuando em vários campos, estamos perante uma Organização com uma lógica e órgãos concêntricos: a Comissão Coordenadora, a Organização propriamente dita, e uma área de influência

¹¹¹GUERREIRO, 1994, p.12; SÁNCHEZ CERVELLÓ, 1999, p. 308.

¹¹²Arquivo Particular Martins Guerreiro, “Senhor Ministro da Marinha, Excelência”, Lisboa, 24/10/1973.

¹¹³Testemunho de Miguel Judas, 22/12/2008.

mais larga entre os oficiais da Armada. Esta organização estruturou-se por zonas de residência e, a partir de 1973, por unidades navais.

O seu modelo de acção permitiu criar redes alargadas, accionáveis a vários níveis, alguns dos quais com participação familiar - como no caso das actividades no Clube Militar Naval, de acções das Comissões de Curso ou até mesmo na ida colectiva ao Congresso de Aveiro. Mulheres de oficiais contribuíam também, traduzindo textos de apoio para sessões culturais, em que participavam, transportando materiais, discutindo a situação económico-social dos oficiais e a necessidade de creches e educação pré-escolar, por exemplo. Construam-se redes sociais e, através do alargamento às famílias, dos convites a personalidades externas para dinamizar sessões no Clube Militar Naval, da observação da vida estudantil por um número elevado de oficiais que frequentavam cursos universitários, estruturavam-se redes de sociabilidade, afinidades e suporte, que ultrapassavam o mundo militar.

A Marinha na conspiração

Formado no Verão de 1973, o Movimento dos Capitães, depois Movimento dos Oficiais das Forças Armadas, finalmente Movimento das Forças Armadas (MFA), foi desde cedo acompanhado por oficiais de Marinha.

A notícia da movimentação contestatária no Exército surgiu através de Costa Correia e Lima Bacelar. Logo em Outubro de 1973, alguns oficiais de Marinha (para além de Costa Correia, Almada Contreiras, Pedro Lauret e Vidal Pinho) participaram numa reunião como observadores. A esta, muitas outras reuniões de conspiração se seguiram, tendo estes oficiais estado presentes em bastantes, que acompanhavam como observadores. Convictos da sua Organização, não a quiseram arriscar com uma participação mais intensa numa conspiração de crescimento rápido, mas sobre cujo sentido político tinham dúvidas, nomeadamente quando se discutiam problemas como o dos “Chefes”, o do “Ultramar” e pouco se debatia o que se iria fazer depois da mudança.

Começando-se a falar de um golpe nas reuniões conspiratórias do final de 1973, a Organização Clandestina de Oficiais da Armada optou por centrar a sua acção na tentativa de que houvesse um programa político. Entretanto, os conspiradores do Exército encarregaram Melo Antunes, Costa Braz, José Maria Azevedo e Rodrigo Sousa e Castro de redigir um Programa, o que não resultou de imediato. Sigilosamente Melo Antunes reuniu com Almada Contreiras e Martins Guerreiro e elaborou um projecto de Programa. Apresentado por Melo Antunes, o projecto inicial do Programa foi sujeito a discussão e transformado em grupos de trabalho em que Vítor Alves, Franco Charais, Costa Braz, Hugo dos Santos, por vezes Otelio Saraiva de Carvalho, Vítor Crespo, Almada Contreiras, Pedro Lauret, Vidal Pinho e Simões Teles foram personagens relevantes. Vítor Alves encaminhou os sucessivos esboços para o general Spínola que os comentou, levando a alterações. Quando, a 22 de Março, Melo Antunes, o autor principal do Projecto inicial do Programa do MFA, partiu para os Açores, passou a Almada Contreiras os

seus contactos oposicionistas na imprensa, na pessoa de Álvaro Guerra, e teve de deixar a comissão de redacção do Programa, o qual será trabalhado até quase ao dia do golpe¹¹⁴.

Em certos momentos, oficiais envolvidos no Movimento verificaram a compatibilidade entre os rascunhos do Programa, por um lado, e, por outro, as Conclusões do Congresso da Oposição Democrática de Aveiro assim como contactaram forças de Oposição para, em termos muito gerais, aferirem da bondade dos seus propósitos.

Um Programa político integrou, assim, a bagagem do 25 de Abril.

Quer a versão do Programa de 25 de Abril quer a de 26, que o modificou, adiante abordadas, contêm 10 artigos, distribuídos por um grupo de Medidas Imediatas (2 artigos) e Medidas a Curto Prazo (8 artigos), muitas vezes com subdivisões, antecidos por um Preâmbulo e terminando com Considerações Finais.

De ambos as versões do Programa, constam o corte com o regime anterior, cujos órgãos legislativos e executivos são demitidos, criando uma Junta de Salvação Nacional, devendo formar-se um Governo de civis identificados com o Programa em 3 semanas e ser eleita uma Assembleia Constituinte no prazo máximo de 12 meses, devendo terminar os órgãos transitórios logo que a normalização democrática prevista estivesse concluída. São definidas questões urgentes de reorganização política e administrativa, termina-se com instituições repressivas, e afirmam-se as liberdades de reunião, associação, expressão, a liberdade sindical, a defesa da independência do poder judicial, uma nova política económica e social ao serviço dos portugueses, em especial dos “mais desfavorecidos”, o que implicaria “uma estratégia anti-monopolista”, e uma “política ultramarina” que conduzisse à paz, terminando com uma guerra cuja solução era “política e não militar”.

Com o Programa do MFA, em qualquer das suas versões, redefinem-se pois questões de organização política, acaba-se com estruturas repressivas, sublinham-se princípios de democratização (apesar de não serem imediatamente permitidos “partidos” mas apenas “associações políticas” e apesar de só uma vez ser referida a “via democrática”), refere-se uma nova política económica e social com uma dimensão antimonopolista, e pretende-se o fim da Guerra.

Mais tarde conhecido como o Programa dos 3 Ds (de Democratizar, Desenvolver e Descolonizar), o Programa é bem compatível com as Conclusões finais do Congresso da Oposição Democrática de Aveiro, que definem como objectivos imediatos, pelos quais lutar, “a conquista das liberdades democráticas”, “a luta contra o poder absoluto do grande capital monopolista”, e “o fim da guerra colonial”, não se esquecendo o objectivo final da “conquista do socialismo”¹¹⁵.

¹¹⁴REZOLA, Inácia, 2012, *Melo Antunes: Uma Biografia Política*, Âncora Editora; LAURET, Pedro, 2014-b, “A Componente Política do MFA”, in PedroLauret, *Os Anos de Abril, volume 3 - A conspiração do MFA*, Aveleda, Verso da História, p. 34-44; Testemunho oral de Manuel Martins Guerreiro, 2009.

¹¹⁵Os títulos “Democratizar”, “Desenvolver”, “Socializar” e “Descolonizar” aparecem, sim, na tese de José Medeiros Ferreira enviada ao Congresso da Oposição Democrática de Aveiro, abrindo caminho à imagem comunicacional dos 3Ds. O Programa do MFA herdou esta linguagem comunicacional, quando começou a ser difundido pelo país. Sobre a tese de José Medeiros Ferreira, ver: FERREIRA, José Medeiros, 1974, “Da necessidade de um plano para a nação” in *3º Congresso da Oposição Democrática: Teses 8ª Secção*, Lisboa, Seara Nova. Sobre as conclusões gerais do Congresso de Aveiro, ver: *III Congresso da Oposição Democrática: Conclusões*, 1973, Lisboa, Seara Nova.

Uma das reuniões conspirativas decisivas ocorreu a 5 de Março e nela participaram 165 oficiais do Exército, 29 da Força Aérea e 3 da Marinha como observadores (Costa Correia, Almada Contreiras, Vidal Pinho). A Marinha era apenas observadora participante pois a Organização Clandestina de Oficiais da Armada optara por manter aquilo que designou por “neutralidade activa”, isto é, a decisão de não participar no golpe mas também não defender o regime. Sendo defendida sobretudo pelos mais jovens e pelos comunistas, a posição era maioritária mas não unânime; dela divergiu, por exemplo, Almada Contreiras.

Continuando a conspiração e havendo várias transferências compulsivas de oficiais do Exército, a Organização Clandestina de Oficiais da Armada impulsionou acções de apoio aos oficiais do Exército que tinham sido transferidos de unidade por suspeita de envolvimento em actividades conspirativas. Assim, numa reunião, a 13 de Março, no Clube Militar Naval, resultou uma moção solidária com os camaradas do Exército, aprovada com cento e vinte cinco votos a favor e uma abstenção, em que a “neutralidade activa” é invocada¹¹⁶. Aquando da revolta das Caldas da Rainha de 16 de Março, os oficiais de Marinha seguiram a orientação da “neutralidade activa” (não participaram mas não interceptaram a coluna vinda das Caldas). Com o desenrolar e malogro desta revolta, reforçaram a sua desconfiança face aos reais intentos e capacidades dos militares revoltosos.

Não obstante, a Organização Clandestina de Oficiais da Armada continuou a acompanhar as reuniões conspiratórias e contou com a adesão à movimentação e o forte empenho de um elemento mais antigo, Vítor Crespo. Nestas reuniões, os oficiais discutiam o projecto do Programa mas também missões possíveis como a libertação dos oficiais da revolta das Caldas, presos na Trafaria, e a ocupação da sede da PIDE/DGS¹¹⁷.

O dia do golpe chegava. Para além do grupo dirigente, constituíram-se 3 comissões fundamentais: a Comissão Política, a Comissão Militar e uma Comissão de Ligação. Apesar da “neutralidade activa”, gente da Marinha estava em todas elas.

No âmbito das reuniões finais, e face ao sucedido com a revolta das Caldas, Otelio Saraiva de Carvalho solicita a Almada Contreiras (portanto, a um oficial de Marinha) que conceba um sinal-rádio, audível em todo o país, para que, reconhecendo o sinal, as unidades militares envolvidas no golpe saíssem para as suas missões, de acordo com o Plano de Operações. Não foi possível criar um sinal pelas comunicações militares. Entretanto, na Páscoa, em Espanha, Almada Contreiras conheceu refugiados chilenos que lhe ofereceram um livro, pelo qual se via que a Esquerda pró-Salvador Allende tinha previsto um sinal pela rádio para que todos saíssem a defender o Presidente eleito, caso houvesse

¹¹⁶A formulação da “neutralidade activa” exprime-se no seguinte ponto constante dessa moção: “A [...] determinação em não colaborar em quaisquer medidas contra camaradas de qualquer ramo das Forças Armadas”: Arquivo Pessoal de Martins Guerreiro, “Entre 130 camaradas, oficiais da Armada, reunidos em 13 de Março de 1974, havendo 5 abstenções, 125 manifestaram:”, 13/03/1974. Sobre a “neutralidade activa”, ver também: LAURET, Pedro, 2014-c, “Marinha, a Neutralidade Activa”, in Pedro Lauret, *Os Anos de Abril, volume 4 – Blindados no Terreiro do Paço*, Aveleda, Verso da História, p. 80-85.

¹¹⁷Testemunhos orais de: Vítor Crespo, 2009/10; Abrantes Serra, 16/10/2010; João Galdes Freire, 2009/10 e Fernando Vargas de Matos, 2012.

um golpe fascista¹¹⁸. Não tendo funcionado no Chile, o mecanismo talvez pudesse funcionar em Portugal. Feitas as ligações com a comunicação social, é escolhida uma emissora que cobria todo o país, a Rádio Renascença, e uma canção de José Afonso como sinal a transmitir. À última hora, é adicionado mais um sinal, numa rádio de pequeno alcance, que só serviria para quem o conseguisse ouvir na área de Lisboa e proximidades. E, a 23, já com o Plano de Operações pronto e impresso, sabe-se que a canção de José Afonso inicialmente escolhida estava proibida de passar na Rádio Renascença. Confrontado com a necessidade de escolher uma outra canção imediatamente, o alentejano Almada Contreiras escolhe o *Grândola*, também de José Afonso, com uma parte coral, ouvida e cantada também em coro nas colectividades da Margem Sul, canção que evoca o povo e o Alentejo, região vermelha portuguesa¹¹⁹. O Plano de Operações teve de ser novamente dactilografado e policopiado, para poder ser distribuído.

A Marinha no 25 de Abril e dias imediatos

Antes de mais, saliente-se que não há qualquer missão atribuída à Marinha no Plano de Operações.

Este facto essencial deve-se à referida posição de “neutralidade activa”, assumida pela Organização Clandestina de Oficiais da Armada. Contudo tinham-se ouvido vozes, nas últimas reuniões, a sugerir a definição da ocupação da sede da PIDE/DGS como objectivo operacional, e houve idas a alguns locais (Trafaria) para averiguar da viabilidade de possíveis acções. Porém, estas vozes ficaram no ar e estes passos não levaram a objectivos definidos, ficando portanto goradas as tentativas de encarar como missões da Marinha, designadamente dos fuzileiros, a ocupação da sede da PIDE/DGS, bem como a libertação dos militares presos na Trafaria, por envolvimento no Golpe das Caldas.

Passe-se, agora, ao dia 25. Em conformidade com a posição de “neutralidade activa” da Organização Clandestina de Oficiais da Armada face ao golpe, a Marinha não saiu em defesa do regime, nomeadamente no caso da Fragata *Gago Coutinho*. Efectivamente, quando o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada ordenou ao comandante da fragata que saísse dos exercícios NATO em que participava, se posicionasse em frente ao Terreiro do Paço e bombardeasse as forças de Salgueiro Maia que cercavam o Ministério do Exército e da Marinha, a ordem não foi executada. O comportamento da guarnição – na qual alguns oficiais, enquadrados pela Organização Clandestina de Oficiais da Armada, não obedeceram à ordem dada – impediu o bombardeamento, recusando-se pois aquele navio a defender o regime. Para além da orientação prévia da Organização Clandestina de Oficiais da Armada, a tomada de conhecimento da ordem de bombardeamento, conseguida através da rede do Centro de Comunicações da Armada, operada por Almada Contreiras, e a sua transmissão ao Posto de Comando da Pontinha, onde estava Vítor Crespo, tinha permitido a este Posto de Comando decidir e fazer comunicar à fragata que, havendo ataque a Salgueiro Maia, o navio seria atacado pelas forças militares de artilharia sitas no Cristo-Rei.

¹¹⁸ *Libro Blanco del Cambio de Gobierno en Chile. 11 de Septiembre de 1973*, Santiago, Editorial Lord Cochrane S: A., [1973? 1974?].

¹¹⁹ CONTREIRAS, Carlos de Almada, 2004, “Cinco instantes para uma canção”, in José Jorge Letria & José Fanha (Introd. e Org.), *José Afonso: o que faz falta*, Porto, Campo das Letras; SALVADOR, José A., 2014, *Zeca Afonso. Livra-te do Medo*, Porto, Porto Editora; PIMENTEL, Irene, 2010, *José Afonso*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores.

No Terreiro do Paço, um dos lugares-chave para a vitória do golpe, evitou-se assim um confronto, eventualmente de grandes proporções¹²⁰.

Analisando este acontecimento, vê-se como um membro da Organização Clandestina de Oficiais da Armada, Almada Contreiras, e alguém próximo da Organização, Vítor Crespo, actuam respectivamente a partir do Centro de Comunicações da Armada e do Posto de Comando da Pontinha. A partir deste último local, dirigiram o golpe, no seu decurso, Otelo Saraiva de Carvalho, o seu responsável estratégico, vários militares do Exército e um oficial da Marinha.

Como já foi referido, para a Organização Clandestina de Oficiais da Armada, o Programa do MFA sempre se afigurara crucial pelo seu conteúdo e pelo norte que teria de existir para um golpe militar ter sentido.

Em harmonia com esta perspectiva, e admitindo que o golpe pudesse falhar, a população portuguesa deveria saber o que queriam os revoltosos, isto é, deveria poder ter uma perspectiva política dos confrontos e da situação do país que urgia mudar. Deste modo, na manhã de dia 25, o oficial de Marinha Martins Guerreiro levou o Programa em mão a um jornal da Oposição, o *República*, para que a comunicação social o possuísse e eventualmente pudesse ser divulgado¹²¹.

Ao longo do processo conspirativo, os oficiais menos politizados e os spinolistas desvalorizavam o Programa, não debatendo as linhas estruturais da mudança (que não queriam) ou bastando-lhes o livro *Portugal e o Futuro*, escrito por Spínola. Porém, o general acompanhou repetidamente a feitura do Programa, obstaculizando algumas ideias e expressões, e concordou com a sua última versão. Havia, assim, um Programa na bagagem política dos principais dirigentes, na madrugada do 25 de Abril.

Tal como era previsível, Spínola mudou de opinião quando, ao fim da tarde, chegou ao Posto de Comando da Pontinha, imbuído de novo poder, advindo de ter acabado de receber a rendição de Marcello Caetano, no Quartel do Carmo. Não se atenderia ao Programa, havia quem soubesse de política, exprimiu o general. Deparou com a forte oposição de militares que aí estavam há longas horas e de outros que entretanto tinham chegado. Discutiram fortemente. A discussão teve de ser interrompida para o novo órgão de poder, a Junta de Salvação Nacional, presidida por Spínola, ir à RTP para ler uma proclamação ao país, sendo que o Programa não foi apresentado. Regressados à Pontinha, a discussão continuou, passando por momentos tensos, em especial com Franco Charais e Vítor Crespo (como, por exemplo, aquele em que este último lembrou ao general que era aos revoltosos que os tanques, ainda na rua, obedeciam). Finalmente, chegou-se a um acordo¹²². Por insistência de Spínola, mas também de Costa Gomes no que toca ao primeiro dos seguintes aspectos, o programa foi mudado nestes três pontos:

- é mantida a PIDE/DGS nas colónias, devendo ser saneada;

¹²⁰Dossier completo em Centro de Documentação 25 de Abril/Universidade de Coimbra, Espólio António Seixas Louçã, *Dossier "Fragata Gago Coutinho"*, 4 dossiers com 68 documentos, datados de 27/05/1974 a 15/01/2015, nomeadamente textos de António Louçã e Caldeira dos Santos. Testemunhos orais de José Botelho Leal, 21/7/2012; Carlos de Almada Contreiras, 2008/9 e Vítor Crespo, 2009/10.

¹²¹Testemunho de Manuel Martins Guerreiro, 2009 e *República*, 26/04/1974, p. 11.

¹²²SANTOS, Boaventura Sousa (Org.), 2004, *A Fita do Tempo da Revolução. A Noite que Mudou Portugal. Amadeu Garcia dos Santos, José Eduardo Sanches Osório, Nuno Fisher Lopes Pires, Otelo Saraiva de Carvalho, Vítor Crespo*, Porto, Afrontamento.

- não são libertados os presos políticos que supostamente tenham cometido crimes de delíto comum;

- é suprimida uma alínea que afirmava o direito dos povos à autodeterminação.

O novo Programa foi apresentado à Nação na manhã seguinte.

No que ora interessa, sublinhe-se que o Programa se revelou um campo de batalha e também que o texto do dia 25 difere do texto de dia 26. Apesar de no jornal *República* ter sido publicado o programa original, ninguém se apercebeu, na voragem dos acontecimentos, e aqueles que o sabiam não o revelaram em momento tão sensível e instável como aquele.

As mudanças no Programa entre 25 e 26 de Abril tiveram sérias consequências, que só não foram mais porque o rápido curso dos acontecimentos se sobrepôs e as ultrapassou.

Deixe-se, agora, de lado o grande problema da descolonização.

A libertação de todos os presos políticos, que constava do Programa do dia 25, constituía também uma questão maior, não só para muitos militares como para a população¹²³.

Assim, familiares, amigos, a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos e alguns advogados acorreram às prisões políticas a partir da vitória do golpe e da percepção do seu sentido. Esta gente, que se dirigia a Caxias e a Peniche, manifestava-se e queria a libertação dos presos. Apesar da orientação spinolista e das alterações ao Programa do MFA de 25 para 26, esta movimentação da população, a acção dos próprios presos no interior das cadeias, e a actuação de militares pró-libertação-de-todos-os-presos, conseguiram que as prisões se abrissem na noite de 26 para 27, e que, na tarde de 27, os últimos presos de Peniche fossem incondicionalmente libertados.

Em Caxias, estiveram forças de pára-quedistas e forças de fuzileiros ao longo das dúvidas e das negociações do dia 26. Se os pára-quedistas cumpriram as ordens dos seus comandantes e de Spínola, as forças de fuzileiros, comandadas por Abrantes Serra, enviado para o local por Almada Contreiras, libertaram inicialmente os presos das celas e estes puderam sair para os corredores e recreios. Por ordem do comandante dos pára-quedistas, os presos voltaram às celas. Mais tarde, decorreram reuniões em que eram responsáveis da PIDE/DGS a indicar quem podia e quem não podia sair, em atenção à natureza dos crimes que teriam praticado. À prisão de Caxias, em que os presos tinham acabado por decidir “sair todos ou não sair nenhum”, com uma multidão à volta, falando cada sector dos militares com os seus chefes, chegou finalmente a ordem da Junta de Salvação Nacional para que todos fossem libertados. Destacaram-se neste processo negocial, do lado dos libertadores, Franco Charais e Menino Vargas, com o acordo tácito de Costa Gomes.

Em Peniche, numa sessão que contou com a presença de advogados, do director da prisão, do militar do Exército José Maria Azevedo e do oficial de Marinha Machado dos Santos, estes procederam à

¹²³O processo detalhado está analisado em OLIVEIRA, Luísa Tiago de, 2014, “O fim da PIDE/DGS e a libertação dos presos políticos” in Oliveira (Org.), 2014, p. 79-102 e GODINHO, Jacinto, 2015, *Os Últimos dias da PIDE*, documentário emitido em 25 e 26 de Abril na RTP2; ver também BASTOS, Joana Pereira, 2013, *Os últimos presos do Estado Novo: tortura e desespero nas vésperas da Revolução*, Alfragide, Oficina do Livro; e TÍSCAR SANTIAGO, Maria José, 2014, *A Contra-Revolução no 25 de Abril: Os “Relatórios António Graça” sobre o ELP e AGINTER PRESSE*, Lisboa, Colibri. Sobre a situação nas colónias, ver FÁRIA, Ana Mouta, 2014, “A descolonização: libertação dos presos políticos e extinção da PIDE/DGS nas colónias de África”, in Oliveira (Org.), 2014, p. 105-122.

libertação dos presos, excepto de um grupo de 4 que supostamente teriam cometido crimes de delito comum. Este grupo saiu mas ficou à guarda de um advogado, em sua casa. Regressados da sua missão a Peniche, os militares envolvidos encontraram, na Junta de Salvação Nacional, Rosa Coutinho, membro da Marinha nesta Junta, que assinou então a libertação definitiva deste último grupo de presos, encarregando os mesmos militares de a fazer cumprir.

Outra questão crucial para a definição do carácter do golpe era a do destino da PIDE/DGS¹²⁴.

Embora a extinção da PIDE/DGS constasse do Programa do dia 25, a ocupação da sua sede em Lisboa e de outras sedes regionais não constituía um objectivo militar do Plano de Operações. Os dois generais líderes da Junta de Salvação Nacional tinham uma atitude contempozadora em relação à PIDE/DGS. Spínola pretendia mantê-la, Costa Gomes argumentava que, havendo uma guerra colonial na Guiné, em Angola e em Moçambique e, dependendo o curso da guerra do sector das Informações, em larga medida fornecidas pela PIDE/DGS, esta teria de ser mantida.

Na prática, o processo de ocupação da sede da PIDE/DGS foi induzido no decorrer dos acontecimentos.

Logo de manhã, um suposto “tenente Barata” (na realidade Almada Contreiras que utilizou aquela identificação defensiva já que o edifício do Terreiro do Paço onde estava o Centro de Comunicações da Armada, o seu posto de trabalho, ainda estava na posse do Regime) telefonou ao comandante dos fuzileiros, Pinheiro de Azevedo, e pediu-lhe forças para irem à sede da PIDE/DGS. Anuindo este, enviou um destacamento de fuzileiros (80 homens) comandados por Eugénio Cavalheiro e Vargas de Matos, tendo o destacamento falhado a sua missão, aliás delineada de improviso. Em contacto permanente com Vítor Crespo, que estava no Posto de Comando da Pontinha, Almada Contreiras continuou a insistir junto de Pinheiro de Azevedo. À tarde, este voltou a enviar forças, substancialmente reforçadas (230 homens), e comandadas por Costa Correia, Vargas de Matos e Lobo Varela. Tendo a força ido inicialmente ao Estado-Maior da Armada, na Ribeira das Naus, dirigiu-se depois para a sede da PIDE/DGS, na rua António Maria Cardoso, bem próximo. Entretanto, a Cavalaria de Estremoz já havia também chegado ao local, onde já corria sangue. É que, durante o dia, a população manifestara-se em frente à sede da PIDE/DGS e esta disparara repetidamente sobre os manifestantes desarmados, fazendo mortos e dezenas de feridos.

A um outro nível, na Pontinha, onde já estava Spínola, este estabelecia contactos com o director da PIDE/DGS, intimando-o a render-se. Durante a atribulada noite, a mesma em que discutia o Programa do MFA e em que foi à RTP apresentar a Junta de Salvação Nacional, Spínola enviou Campos Andrada para contactar com as tropas estacionadas junto à sede da PIDE/DGS e para receber a rendição ou adesão ao novo regime desta polícia política.

¹²⁴OLIVEIRA, Luísa Tiago de, 2014, “O fim da PIDE/DGS e a libertação dos presos políticos” in Oliveira (Org.), 2014, p. 79-102 e GODINHO, 2015; ARAÚJO, António, 2005, “O fim da PIDE/DGS: narrativa de um passado recente”, partes I e II, in *Atlântico*, respectivamente n.º 5, Agosto, p. 40-48, e n.º 6, Setembro, p. 38-47. Sobre a situação nas colónias, ver FARIA, Ana Mouta, 2014, “A descolonização: libertação dos presos políticos e extinção da PIDE/DGS nas colónias de África”, in Oliveira (Org.), 2014, p. 105-122.

De manhã, Costa Correia e Campos Andrada entraram nas instalações da sede da PIDE/DGS, cercadas por forças da Marinha e do Exército, e receberam a rendição. Sabe-se hoje que, antes, já Campos Andrada lá havia entrado. No fundo, houve pois duas rendições paralelas e desconhecendo a segunda a ocorrência da primeira: uma aos homens de Spínola, outra aos homens com uma postura mais radical face à PIDE/DGS, entre os quais estavam os da Marinha.

Não obstante ter havido mortos junto à sede da polícia política, os únicos do 25 de Abril, o general Spínola nomeou um novo director-geral para a PIDE/DGS, nomeação que foi invalidada por Costa Correia – que a fez chegar à imprensa imediatamente – e pela indignação da opinião pública. Ou seja, a conjugação da pressão popular, da “nova” imprensa e a acção decidida de alguns militares impediu a continuação da polícia política.

Acabou, assim, por ser esta a “neutralidade activa” da Marinha.

3. CONCLUSÃO: ACÇÕES E SENTIDOS

Tente-se responder a uma pergunta inicial: qual o papel da Organização Clandestina de Oficiais da Armada na génese do 25 de Abril e nos dias seguintes?

Uma das contribuições evidentes e, para além disso, essencial para que o golpe de Estado significasse uma real mudança de regime e não pudesse ser instrumentalizado por um qualquer regime caudilhista ou de continuidade foi a própria existência de um Programa e sobretudo o seu conteúdo.

Muito embora tivesse sido o resultado de um acordo entre sensibilidades diversas (nomeadamente não-spinolistas e spinolistas), e tivesse mantido problemas relevantes em aberto, o cumprimento do Programa do MFA implicava a descontinuidade com o regime anterior. Era este corte que boa parte dos militares revoltosos defendia e que pretendia, desde o início, o grupo que tinha trabalhado na sua feitura, entre os quais Melo Antunes e representantes da Organização Clandestina dos Oficiais da Armada.

Para além do facto de Martins Guerreiro ter ido entregar o Programa do MFA ao *República* quando ainda não se sabia o resultado do golpe, também sintomático desta valorização do Programa pela Organização Clandestina de Oficiais da Armada é o facto de a Marinha ser o único Ramo das Forças Armadas cujos membros, na Junta de Salvação Nacional, conheciam as suas linhas gerais.

Do mesmo modo, no precoce Plenário da Casa da Balança, realizado a 29 Abril, os 700 oficiais da Armada presentes afirmaram a sua vontade de não permitir desvios ao Programa do MFA e respeitar a hierarquia, sem prejuízo do anterior. Por esta resolução se constata mais uma vez como as gentes da Marinha atribuíam importância ao Programa¹²⁵.

Coube também em boa parte a pessoal da Marinha o corte mais fundo com estruturas do Estado Novo como a polícia política e as prisões políticas. A PIDE/DGS e as prisões de Caxias e de Peniche constituíam os principais símbolos do carácter violento e ditatorial do Estado Novo em Portugal

¹²⁵Arquivo Histórico-Militar, Fundo Almada Contreiras, Caixa 10-4, “Moção”, Lisboa, 29/04/1974.

Continental – tal como a Bastilha era emblemática do carácter discricionário do Antigo Regime na França de 1789. A inesperada ocupação da sede da PIDE/DGS, o final desta polícia política bem como a libertação de todos os presos políticos de Caxias, Peniche e da sede da PIDE/DGS no Porto constituem a Bastilha portuguesa. Foram objectivos em parte não previstos ou que depararam com resistências entre os militares revoltosos ou entre os que ocuparam o poder depois do 25 de Abril. Contudo, estes objectivos foram alcançados devido a uma conjugação de circunstâncias e de forças civis e militares, entre as quais estava gente da Marinha e da Organização Clandestina de Oficiais da Armada¹²⁶.

Finalmente, ainda hoje se faz sentir um efeito da escolha efectuada por um homem da Organização Clandestina de Oficiais da Armada para sinal do desencadear do 25 de Abril. O *Grândola*, referente do reportório de intervenção, entoa-se em Portugal, nos mais diversos contextos, em Espanha, na Grécia ou na Alemanha. Tal como os cravos vermelhos, ergue-se como símbolo da Revolução e elemento fundador da estética do 25 de Abril.

Nomeadas estas evidências da acção da Organização Clandestina de Oficiais da Armada e de parte da Marinha, sintetizem-se os sentidos das práticas destes “homens de farda azul”. No fundo, pretenderam a politização do golpe e forçaram no terreno a conquista de objectivos próprios de boa parte das culturas oposicionistas.

Voltemos por breves momentos a uma questão mais geral levantada por Sánchez Cervelló: a relação entre a organização do PCP dos oficiais da Armada, por um lado, e, por outro, a Organização Clandestina de Oficiais da Armada.

Situemos, precisamente no 25 de Abril, os principais dirigentes desta última Organização. Dos líderes, Martins Guerreiro, Almada Contreiras e Miguel Judas, apenas 1 é do PCP. Miguel Judas, de facto, pertencia ao PCP e ao núcleo dirigente da Organização Clandestina de Oficiais da Armada. Quanto a Martins Guerreiro, embora tenha desempenhado funções de amigo do PCP, com transporte de pessoas e materiais, era alguém que se tinha entusiasmado com a Primavera de Praga, que tinha vivido o ambiente estudantil em Itália, onde estudou na 2ª metade dos anos de 1960, tendo sido conhecido por alguns como o Berlinguer português. Já Almada Contreiras (sobrinho de Jacinto Palma Almada, da Rede Shell na Segunda Guerra Mundial, antigo militante do PCP do qual se distanciara) era casado com uma antiga dirigente estudantil católica espanhola, próxima dos círculos de oposição socialistas e católicos progressistas, tendo tido este oficial desde a Escola Naval uma postura oposicionista e frequentando as colectividades da Margem Sul.

Para além destes, citem-se outros oficiais da Armada relevantes no 25 de Abril. Não sendo da Organização Clandestina de Oficiais da Armada e tendo-se empenhado na conspiração em Março de

¹²⁶OLIVEIRA, Luísa Tiago de, 2014, “O fim da PIDE/DGS e a libertação dos presos políticos” in Oliveira (Org.), 2014, p. 79-102; GODINHO, 2015.

1974, Vítor Crespo também nunca pertenceu ao PCP. Costa Correia, que colaborou na conspiração de Outubro de 1973 a Março de 1974, era uma figura sobejamente independente¹²⁷.

Feito este apontamento sobre os referidos cinco oficiais, e continuando na Armada, evoquem-se ainda Pinheiro de Azevedo, Rosa Coutinho, Abrantes Serra e Carlos Machado Santos, pela sua acção no 25 de Abril e dias imediatos. Bem como Pedro Lauret, Vidal Pinho e Simões Teles pelo seu papel em reuniões conspiratórias e na elaboração do Programa, para além dos já mencionados.

Em suma, dos três grandes dirigentes da Organização Clandestina de Oficiais da Armada, só 1, Miguel Judas, pertencia ao PCP, mas há meses que cumpria uma missão em Cabo Verde, não estando em Portugal em 25 de Abril. Para perfazer a dezena mal contada de membros da organização dos oficiais da Armada do PCP anteriormente referida, ainda faltam muitos militantes. É certo que pertenceram à Organização Clandestina de Oficiais da Armada, no quadro da orientação geral de “unidade anti-fascista”. Porém, tendo actuado no 25 de Abril, foram envolvidos na acção e comandados por quem não pertencia ao PCP.

Sendo assim, não havia tanto “comunismo” assim entre os dirigentes e os operacionais da Marinha no dia 25 de Abril e imediatos. Mais do que directrizes de um partido, o que funcionou foram uma cultura e uma rede longamente experienciadas. A acção da Organização Clandestina de Oficiais da Armada e dos círculos que animou evidencia o papel das redes organizativas, de sociabilidades e de ideários partilhados e passo a passo construídos. Quanto ao destino desta Organização, ao papel do MFA da Marinha no contexto revolucionário e à politização dos seus oficiais no pós-25 de Abril, a questão é outra.

Para conhecer o real perfil e textura da Marinha, importaria atender à acção da Marinha indiferente ou oposta à Organização Clandestina de Oficiais da Armada, que não constituiu objecto deste estudo. Contudo existia. Como se vê, por exemplo, pelas ordens dadas à fragata *Gago Coutinho* ou ainda pela acção de Alpoim Calvão, responsável em boa parte pelo fracasso da primeira tentativa de ocupar a sede da PIDE/DGS e pelo projecto de “calar” a rádio controlada pelo MFA¹²⁸.

Agora, para avaliar o peso da Organização Clandestina dos Oficiais da Armada no seio da Marinha, com os seus múltiplos campos de acção e estrutura concêntrica, retomem-se alguns factos anteriormente apontados, tendo agora em atenção a sua dimensão numérica:

- Quase uma dezena de militantes do PCP, 35 exemplares do *Avante* distribuídos, que chegavam a 70/80 pessoas, cerca do 25 de Abril;
- 10 Cursos envolvidos no Movimento dos Cursos até 1972;
- Abaixo-assinado com mais de 150 assinaturas de protesto contra a busca a casa de Miguel Judas (1972);

¹²⁷Ver biografias de Martins Guerreiro, Almada Contreiras Miguel Judas, Costa Correia, efectuadas por Luísa Tiago de Oliveira, e a biografia de Vítor Crespo, feita por João Freire, a publicar em *Dicionário do 25 de Abril*, organizado por António Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos, a editar no Porto, pela Figueirinhas, em 2015.

¹²⁸Sobre o primeiro aspecto, ver Dossier completo em Centro de Documentação 25 de Abril/Universidade de Coimbra, Espólio António Seixas Louçã, Dossier “Fragata Gago Coutinho”, 4 dossiers. Sobre o segundo aspecto, atender a: CALVÃO, Alpoim, 1976, *De Conakry ao M.D.L.P. Dossier Secreto*, Lisboa, Intervenção; HORTELÃO, Rui & BAËNA, Luís Sanches & SOUSA, Abel Melo e, 2012, *Alpoim Calvão: Honra e Dever: Uma Quase Biografia*, Porto, Caminhos Romanos. Testemunho de Guilherme Alpoim Calvão, 26/10/2010.

- Abaixo-assinado com 312 assinaturas de protesto contra maus-tratos infligidos a oficiais, uma causa menos politizada (1973);

- Moção aprovada no Clube Militar Naval com 125 votos a favor na altura da transferência de militares do Exército para outras unidades (1974);

- 700 oficiais presentes no Plenário da Casa da Balança, após a vitória do 25 de Abril.

É evidente o carácter limitado destes números, já que não podiam participar em várias destas realizações quem estivesse de serviço nas unidades, embarcado nos navios, no estrangeiro, doente ou com afazeres familiares. Mas, atendendo aos vários contextos e aos números apontados, parece-nos realista o cálculo de que a Organização chegava a cerca de 250 oficiais, feita pelos seus dirigentes¹²⁹.

Sendo que, em 1974, havia 1503 oficiais de Marinha, a estimativa de 250 oficiais envolvidos em acções impulsionadas pela Organização Clandestina dos Oficiais da Armada significaria 16,6% do Ramo.

No caso do Exército, segundo Aniceto Afonso e Manuel Braz da Costa, num total de 4165 oficiais, 703 participaram na conspiração e no golpe, o que corresponde a 16,9% deste outro Ramo.

É certo que os valores são dificilmente comparáveis, dada a diferença entre o universo dos oficiais de Marinha (1503) e o dos Oficiais do Exército (4165) e dado o facto de, no último caso, o valor respeitar mesmo ao envolvimento numa acção que resultou num golpe. Porém, não se pode deixar de notar que 16,6% é um valor muito próximo dos 16,9% de oficiais do Exército participantes no Movimento, estimados por Aniceto Afonso e Braz da Costa.

Porém, não é tanto pelo número que se vê o peso da Organização Clandestina de Oficiais da Armada, mas sobretudo pela atenção e intervenção no terreno e pelos sentidos de politização que caracterizaram a sua acção ao longo dos anos. Bem como pela sua decisiva contribuição para a estética do 25 de Abril e para a tomada das nossas Bastilhas, sinal inequívoco do fim do regime e, portanto, porta aberta para muitas outras mudanças e movimentos.

Bibliografia Referida

- AFONSO, Aniceto & COSTA, Manuel Braz da, (1985), "Subsídios para a caracterização sociológica do Movimento dos Capitães - Exército", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17, p. 97-122.
- AFONSO, Aniceto, (2014), "Caracterização sociológica do Movimento dos Capitães (Exército)", in Oliveira (Org.), 2014, p. 21-39.
- ALMEIDA, Sónia Vespeira de, (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução. As Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do M. F. A. (1974-1975)*, Lisboa, Colibri.
- ARAÚJO, António, (2005), "O fim da PIDE/DGS: narrativa de um passado recente", partes I e II, in *Atlântico*, respectivamente n.º 5, Agosto, p. 40-48, e n.º 6, Setembro, p. 38-47.
- BASTOS, Joana Pereira, (2013), *Os últimos presos do Estado Novo: tortura e desespero nas vésperas da Revolução*, Alfragide, Oficina do Livro.
- BOTO, José (Coord.), (2014), *A Revolução de Abril. Praças da Armada*, Lisboa, Edições Colibri.
- CAETANO, Marcello, (1975), *Depoimento*, Rio de Janeiro/S. Paulo, Record.

¹²⁹Testemunhos orais de Miguel Judas, 2008/9; Carlos de Almada Contreiras, 2008/9 e Manuel Martins Guerreiro, 2009.

- CALVÃO, Alpoim, (1976), *De Conakry ao M.D.L.P. Dossier Secreto*, Lisboa, Intervenção.
- CONTREIRAS, Carlos de Almada, (2004), “Cinco instantes para uma canção”, in José Jorge Letria & José Fanha (Introd. e Org.), *José Afonso: o que faz falta*, Porto, Campo das Letras.
- DUARTE, Rui de Brito Camacho, (2010), *Os Militares Portugueses na Guiné-Bissau, da Contestação à Descolonização*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE-IUL.
- DURAN MUÑOZ, Rafael, (1997), *Acciones Colectivas y Transiciones a la Democracia. España y Portugal, 1974-1977*, Madrid, Centro de Estudios Avanzados en Ciencias Sociales.
- FARIA, Ana Mouta & MARTINS, Jorge, (2014), *Vozes de Abril na Descolonização*, Lisboa, CEHC-IUL.
- FARIA, Ana Mouta, (2014), “A descolonização: libertação dos presos políticos e extinção da PIDE/DGS nas colónias de África”, in Oliveira (Org.), 2014, p. 105-122.
- FERREIRA, José Medeiros, (1974), “Da necessidade de um plano para a nação” in *3º Congresso da Oposição Democrática: Teses 8ª Secção*, Lisboa, Seara Nova.
- FRAGA, Luís Alves, (2014), “A Força Aérea Portuguesa. Uma realidade militar e sociológica”, in Oliveira (Org.) 2014, p. 52-75.
- FREIRE, João, (2003), *Homens em Fundo Azul Marinho*, Oeiras, Celta Editora.
- FREIRE, João, (2010), *A Marinha e o Poder Político em Portugal no Século XX*, Lisboa, Colibri
- GODINHO, Jacinto, (2015), *Os Últimos dias da PIDE*, documentário emitido em 25 e 26 de Abril na RTP2.
- GUERREIRO, Martins, (1994), “O 25 de Abril e o Movimento da Marinha”, in *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. CXXIV, Janeiro-Março, p. 9-17.
- HORTELÃO, Rui & BAËNA, Luís Sanches & SOUSA, Abel Melo e, (2012), *Alpoim Calvão: Honra e Dever: Uma Quase Biografia*, Porto, Caminhos Romanos.
- III Congresso da Oposição Democrática: Conclusões*, (1973), Lisboa, Seara Nova.
- LAURET, Pedro, 2014-a, “A Marinha e o dia 25 de Abril de 1974” in Oliveira (Org.), (2014), p. 40-53
- LAURET, Pedro, 2014-b, *Os Anos de Abril*, 8 volumes, Aveleda, Verso da História.
- Libro Blanco del Cambio de Gobierno en Chile. 11 de Septiembre de 1973*, Santiago, Editorial Lord Cochrane S: A., [1973? 1974?].
- MACQUEEN, Norrie, (1998), *A Descolonização na África Portuguesa*, Mem Martins, Editorial Inquérito
- OLIVEIRA, Luísa Tiago de (Org.), (2014), *Militares e Política: o 25 de Abril*, [Setúbal], Estuário.
- OLIVEIRA, Luísa Tiago de, (2014), “O fim da PIDE/DGS e a libertação dos presos políticos” in Oliveira (Org.), 2014, p. 79-102.
- PALÁCIOS CEREZALES, Diego, (2003), *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Imprensa de Ciências Sociais.
- PEZARAT CORREIA, Pedro, (1991), *Descolonização de Angola. A Jóia da Coroa do Império Português*, Mem Martins, Editorial Inquérito.
- PIMENTEL, Irene, (2010), *José Afonso*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- PINHEIRO, Vaza, (1999), *579 Dias de Revolução: Retrato de uma Época*, Porto, Campo das Letras
- REIS, António & REZOLA, Maria Inácia & SANTOS, Paula Borges, no prelo, *Dicionário do 25 de Abril*, Porto, Figueirinhas, biografias de Martins Guerreiro, Almada Contreiras, Miguel Judas, Costa Correia, efectuadas por Luísa Tiago de Oliveira, e biografia de Vítor Crespo feita por João Freire.
- REZOLA, Inácia, (2012), *Melo Antunes: Uma Biografia Política*, Âncora Editora.
- REZOLA, Maria Inácia, (2006), *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*, Lisboa, Campo da Comunicação.
- SALVADOR, José A., (2014), *Zeca Afonso. Livra-te do Medo*, Porto, Porto Editora.
- SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, (1999), “La Marina Portuguesa en el epicentro de la conspiración contra la dictadura (1967-1974)”, in *Los Fines de Siglo en España e Portugal*, Jaén, Universidad de Jaén.
- SANTOS, Boaventura Sousa (Org.), (2004), *A Fita do Tempo da Revolução. A Noite que Mudou Portugal. Amadeu Garcia dos Santos, José Eduardo Sanches Osório, Nuno Fisher Lopes Pires, Otelo Saraiva de Carvalho, Vítor Crespo*, Porto, Afrontamento.
- TÍSCAR SANTIAGO, Maria José, (2012), *O 25 de Abril e o Conselho de Estado. A questão das Actas*, Lisboa, Edições Colibri.
- TÍSCAR SANTIAGO, Maria José, (2014), *A Contra-Revolução no 25 de Abril: Os “Relatórios António Graça” sobre o ELP e AGINTER PRESSE*, Lisboa, Colibri.